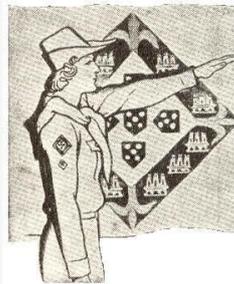


MOCIDADE PORTUGUESA

SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO (1933-1974)

Os instrumentos de Salazar



O fascínio da extrema-direita portuguesa pelos regimes fascistas italiano e alemão e a

inquietante perspectiva de uma ameaça comunista da vizinha Espanha, em resultado da Guerra Civil (1936-1939), estiveram na base da criação da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. Criada em 19 de Maio de 1936 pelo Decreto-Lei nº 26 611, pelo Ministro da Educação Carneiro Pacheco, esta organização pretendia abranger toda a juventude - escolar ou não -, tendo um carácter integrante

na educação dos jovens e obrigatório para todos os jovens (do sexo masculino) com idades entre os 7 e os 14 anos.

De facto, as classes médias europeias, assustadas com o Comunismo vindo do Leste e passando por graves dificuldades económicas, apoiaram em massa o nazi-fascismo nas décadas de 1920-30 por crerem que esta seria a única força capaz de travar o Comunismo.

- ◆ Os seus membros encontravam-se divididos por quatro escalões etários:
- ◆ *Lusitos*: dos 7 aos 10 anos de idade;
- ◆ *Infantes*: dos 10 aos 14 anos de idade;
- ◆ *Vanguardistas*: dos 14 aos 17 anos de idade;
- ◆ *Cadetes*: dos 17 aos 25 anos de idade



“A Escola - A sagrada oficina das almas”

Ao liderar um sistema político ditatorial, o Presidente do Conselho Nacional do Estado Novo, Oliveira Salazar, estava plenamente consciente que o ensino jamais poderia ser uma instituição neutra em termos de doutrinação dos valores defendidos pelo Estado. Salazar sabia que essa era uma das melhores maneiras de perpetuar a es-

trutura hierárquica da sociedade e acionar o controlo social, ao contrário da política de educação republicana que transformara a escola num sistema gerador de mobilidade social. Porém, um dos objectivos da Escola Primária era impedir uma consciência de classes e, ao invés da I República que colocava nas virtudes da cidadania e

no pensamento racional a bases para a evolução meritocrática do aluno, com a política do Estado Novo, introduzida no Ensino Primário, tinha-se como objetivo o resultado inverso. Funcionando como controlo social tentava usar a escola como um meio de fixar a população nos meios rurais, impregnando-os com sucessivas frases retóricas, que pululavam nos livros de leitura, acerca do valor da agricultura.

“Nada se faria de grande e perdurável em Portugal se os novos, que estão chegando ao parapeito, não trouxessem a mentalidade necessária: nova e capaz”.

Salazar, 1935





“A Mocidade Portuguesa não pretende fazer dos seus filiados um corpo de Exército de soldadinhos de chumbo, mas educá-los na admiração das virtudes militares e dar-lhes a condições de resistência física como as de resistência moral para poderem ser bons soldados sempre que a Pátria precise de utilizá-los nesta nobre função”.

Comissário Nacional Nobre Guedes, 1937

Descrevendo a terra como “a maior amiga” e traçando o cenário bucólico de vida feliz na sequência de rotinas simples e saudáveis, que a cidade para sempre destruiria.

Para o Estado Novo o objetivo principal da educação do Ensino Primário seria “ensinar bem a ler, escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”. Com a premissa de começar a moldar, desde cedo, os Homens do Amanhã de Portugal, reformou-se o ensino

para um cariz nacionalista e ,paralelamente, criou-se uma organização de enquadramento obrigatório, destinada a todos os jovens do sexo masculino, estudantes ou não, dos 7 aos 14 anos que ,com actividades enquadradas a partir da escola e sob alçada do Ministério da Educação Nacional, reforçava o intuito de formar os jovens do país, sob as orientações ideológicas de “Deus, Pátria e Família”, tornando-os nos fiéis depositários dos valores defendidos pelo Estado Novo.

Em suma, a par dum controlo político sobre o ensino ,o regime de Salazar usou uma vasta gama de instrumentos, um dos quais foi a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, exercendo sobre eles o máximo de controlo, de forma “a canalizar o comportamento da juventude em moldes política e socialmente aceitáveis, quer para um envolvimento activo na vida política da sociedade, quer para um comportamento de passividade política” (S. Kuin, 1992).

Cariz pré-militar da organização

O primeiro comissário nacional a dirigir a Mocidade Portuguesa foi o Alferes Miliciano de Artilharia da I Guerra Mundial Francisco José Nobre Guedes, de 1936 a 1940. Simpatizante do III Reich, procurou criar uma organização de juventude nacional inspirada no modelo alemão da Juventude Hitleriana. Esta organização de cariz miliciar, dirigida às camadas mais jovens da população, tinha como objetivo “estimular o desenvolvimento integral das

suas capacidades físicas, a formação de carácter e a devoção à Pátria” para que deste modo contribuíssem na sua defesa. Sob “o sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto dos deveres morais, cívicos e militares (...) a Mocidade Portuguesa promoverá a educação moral e cívica, física e pré-militar dos filiados (...) cultivará a educação cristã tradicional do país”, isto é, pretendia-se moldar os infantes portugueses aos valores nacionais.



Presidente Óscar Carmona acompanhado pelo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Nobre Guedes, passa revista à formatura de elementos da Mocidade Portuguesa. 1930-1940.



Inspirada nos modelos estatais fascistas, ponto de referência para a política salazarista, a organização da Mocidade Portuguesa adotou como exemplo a organização de juventude italiana, *Balilla*, e a organização da juventude alemã: a *Hitlerjugend*.

Não obstante, a máquina de propaganda alemã foi mais forte e a partir de 1935 os “*alemães aumentaram o seu esforço para manterem contactos entre a Hitlerjugend e o movimento de juventude*

de português, até ao ponto de obterem um virtual monopólio nos intercâmbios entre a Mocidade Portuguesa e movimentos de juventude estrangeira”. (S. Kuin, 1992).

Para a aproximação destas duas organizações foram importantes as movimentações dos representantes diplomáticos alemães em Portugal, do Ministro da Educação Portuguesa Carneiro Pacheco e do primeiro Comissário Nacional Nobre Gue-

des. Inegável foi a cooperação destas duas organizações. Desde a realização de regulares intercâmbios entre os filiados, até à oferta do serviço de dois instrutores à Mocidade Portuguesa, foi evidente o cunho que a organização de juventude alemã imprimiu na Mocidade Portuguesa. A sua aproximação terminaria com a eclosão da II Guerra Mundial.



Saudação à romana

Cariç uniformizador e disciplinador

De facto, o carácter paramilitar da organização era visível, não só no elevado número de militares que participavam na organização, em todos os níveis da sua direção, como também nos níveis basilares de instrução militar, que eram ministrados às faixas etárias mais baixas nomeadamente noções de marcha militar. Evoluindo até à ministração de um nível mais profissional de noções militares e cursos de tiro com espingarda e metralhadora, nas camadas de filiados mais adultos (Vanguardistas

e Cadetes).

Enquadrando as atividades dentro de um espírito militarista, instituíram mecanismos unificadores e hierarquizadores regulamentados que, operados de forma sistemática e ritualizada, fomentariam um ambiente normativo de obediência e disciplina.

Destacamos como práticas rituais: a saudação “à romana” (*Regulamento da Mocidade Portuguesa, Art.16 A Mocidade Portuguesa adopta saudação romana como sinal de subordinação hierárquica e patrióti-*

ca solidariedade.), içar a bandeira nacional, cantar o hino da organização, praticar exercícios físicos (jogos, marchas, formação campista...), assistir a palestras de temática patriótica e participar em paradas e desfiles envergando a farda da organização.



Antigos alunos do Externato de S. Frei Gil—Vouzela, envergando a farda de Lusito. Déc.60, séc. XX

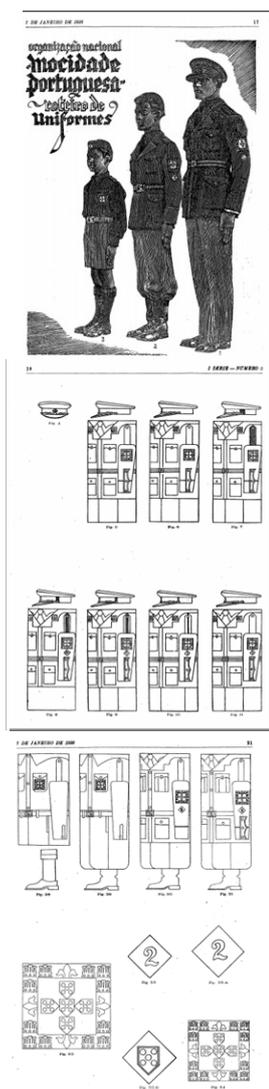


Cartão de identidade da Mocidade Portuguesa

Para a implementação a nível nacional a Mocidade Portuguesa dividiu o território metropolitano em Províncias e estas em Regiões. Cada Província correspondia a uma Divisão e cada região concelhia a uma Ala. Dentro das Alas os filiados eram agrupados em Quinas, Castelos, Bandeiras e Falanges.

“Reconhecendo-se a conveniência de completar e aperfeiçoar o plano dos uniformes e distintivos da Mocidade Portuguesa (...) é aprovado o plano de uniformes, emblemas e distintivos para os dirigentes, auxiliares e filiados da Mocidade Portuguesa.”

Decreto –lei nº 28410, 7 de Janeiro de 1938



Roteiro de Uniformes da Mocidade Portuguesa
in Decreto-lei nº28410,
7 de Janeiro de 1938.

A Farda

Ao serviço da teatralidade das marchas e das paradas da Mocidade Portuguesa, subsidiando o culto do dever militar, formatizaram o modelo do uniforme. Esta prática funcionava como mecanismo disciplinador inspirado nos modelos fascistas. Segundo o regulamento da Mocidade Portuguesa “a farda é considerada o traje oficial e uma instituição e, passa a simbolizar o culto do dever militar”. Efetivamente, envergar a farda era um prestígio e requeria normas; tal condição estava patente no Art.13º do regulamento da organização: “É facultativo o uso do uniforme fora de actos oficiais mas sempre em condições de não desprestigiado”.



O modelo do Lusito compunha: camisa verde; calção castanho; bivaque castanho-escuro e um cinto com a letra S, que embora se referisse a *Servir e Sacrificio*, tinha a tradução popular de Salazar.

“As sentinelas da alma de Portugal”

Dotada de hino, sempre que a situação o exigia lá o trauteavam os pequenos Lusitos! Na letra, da autoria do poeta Mário Beirão e melodia de Rui Correia Leite, conseguimos desvendar um dos mitos constituintes do cerne da ideologia salazarista, o mito da renascença operado pelo Estado Novo e a forma como este depositava esperanças nos jovens do país, que segundo os valores patrióticos defendidos pelo Estado, sustentariam a base de todo esse sistema político-ideológico. Estava assim criada uma das instituições que formatava a juventude segundo interesses meramente políticos. Incutiam-lhes um papel de subserviência que esta juventude humilde acarretava de bom grado, pois tinha-lhe sido depositada a missão patriótica de servir e reerguer a nação portuguesa : “ Lá vamos cantando e rindo (...) Pátria! Serás celebrada, E por nós serás erguida, Erguida ao alto da Vida! Querer é a nossa divisa (...) (Hino da Mocidade Portuguesa).



Desta forma, o mito da renascença era de certa maneira delegado nestas jovens mentes que moldadas segundo a ordem desta organização manteria a estrutura e o equilíbrio social. Todos os meios de propaganda eram usados! Proliferavam imagens de filiados envergando a farda da Mocidade Portuguesa em todo o lado! Cadernos, livros, diploma de conclusão do Ensino Primário Elementar... Tal como na letra do hino da Mocidade Portuguesa se faz referência à missão do jovem filiado, também num caderno escolar, surgem representações de Lusitos segurando um escudo cuja mensagem compõe um dos mitos ideológicos que elabora todo o cerne do fascismo português: “*Uma mentalidade nova fará ressurgir Portugal*”. Trata-se do mito do recomeço operado pelo Estado Novo interrompendo a decadência dos regimes anteriores (Liberalismo Monárquico e República) que precipitaram o país à ruína, despontando agora uma nova era de renascença cujo papel principal é atribuído ao Presidente de Conselho Nacional em culto como verdadeiro “salvador da pátria”. E em auxílio deste objetivo nada melhor que contar com “as sentinelas da alma de Portugal.”